

Técnicos avaliam decisão do Congresso sobre o orçamento

por Cláudia Safatle
de Brasília

O governo ainda não sabe, ao certo, se o orçamento da União, aprovado anteontem pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional, mantém a projeção de um déficit operacional de 0,56% do Produto Interno Bruto (PIB) como estabelece a mensagem final do Executivo.

O secretário de Orçamento e Finanças (Sofi) da Seplan, José Ribas Neto, passou todo o dia de ontem no Serviço de Processamento de Dados do Senado Federal para checar as novas contas do setor público, em face do orçamento aprovado na comissão.

Até o final da tarde ele não havia descoberto se os cortes efetuados pelos parlamentares da comissão de orçamento, nas contas do orçamento de crédito, fo-

ram suficientes para compensar a diferença de CZ\$ 356 bilhões, a preços de junho passado, entre o que o governo gostaria e o que foi finalmente aprovado na comissão do Congresso, para a rolagem das dívidas externas dos governos estaduais e municipais.

Enquanto o Executivo previa um ingresso de CZ\$ 550 bilhões no orçamento da União, a título de pagamento de dívidas externas vencidas e vincendas dos estados e municípios, a comissão aprovou o ingresso de apenas CZ\$ 178 bilhões.

Ribas informou que os cortes que os parlamentares fizeram como contrapartida foram fundamentalmente nos gastos do orçamento de crédito, que destina recursos para os financiamentos de custeio e investimentos agrícolas e à equalização das taxas de juro dos financiamentos à produção de manufaturas

para exportação (Finex). Os recursos do orçamento de crédito não são considerados totalmente como déficit, já que representam "avanços de crédito" ao setor produtivo, ou seja, operações com retornos que são reaplicados. Por outra parte, Ribas entende que os recursos que a União deixará de receber dos estados e municípios representam, na realidade, recursos a fundo perdido, e corresponderiam ao déficit, não da União, mas dos governos estaduais e municipais. "Mas nós temos de esperar um pouco para avaliar isso melhor", ponderou o secretário da Sofi, lembrando ainda que existem cerca de cinqüenta destaques a ser apreciados pelo plenário do Congresso que, embora residuais, poderiam representar alguma despesa adicional.

De qualquer modo, salientam outros assessores

da Seplan, o orçamento das empresas estatais ainda está em aberto e poderá ser o canal por onde o governo compensaria a elevação de gastos do orçamento da União. Mas, como observou o titular da Sest, Iram Siqueira Lima, no orçamento Sest o único setor que conta com recursos do Tesouro (além de seus próprios recursos) para garantir o programa de investimentos em 1989 é o grupo Eletrobrás, pois todas as demais empresas estão com seus planos de investimento atrelados à busca de fontes alternativas de recursos próprios, seja emitindo ações no mercado seja vendendo ativos não operacionais. Qualquer corte no orçamento Sest, portanto, significaria deixar de fazer investimentos no setor elétrico para aumentar a rolagem das dívidas externas dos estados e municípios.